



escola de **gestores**
da educação básica

**A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLITICO-
PEDAGOGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE JESUS
TORRES**

**Belo Horizonte
2011**

MARLUCE CALDEIRA ROCHA

**A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLITICO-
PEDAGOGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE JESUS
TORRES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação
da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a. Fabiana Sabará Dias

**Belo Horizonte
2011**

MARLUCE CALDEIRA ROCHA

**A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLITICO-PEDAGOGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE JESUS TORRES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a. Fabiana Sabará Dias (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a minha mãe, que imensamente me ajuda e está comigo em todos os momentos. Aos meus sobrinhos que contribuíram para que chegasse até aqui e a escola Maria de Jesus Torres que me proporcionou condições para realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus professores da Escola de Gestores, pelos conhecimentos adquiridos.

E finalmente aos colegas de trabalho da Escola Municipal Maria de Jesus Torres pela convivência e trocas.

"Viva como se fosse morrer amanhã.
Aprenda como se fosse viver para sempre."
Mahatma Gandhi

RESUMO

Este trabalho procurou demonstrar as dificuldades encontradas para a realização do trabalho coletivo na Escola Municipal Maria de Jesus Torres. Ficou evidente a cultura do individualismo, vários entraves foram encontrados visto que o corpo docente e equipe pedagógica não se relacionavam de maneira satisfatória. Analisando os conceitos, a estruturação e importância do projeto político-pedagógico conjuntamente à gestão escolar, compreende-se a sua extrema relevância e o quanto a efetiva participação da comunidade escolar interna e externa influencia em sua construção e em seus fins. É fundamental que toda a comunidade envolvida na elaboração do PPP seja mobilizada para que essa ação se concretize. Como foi apresentado neste trabalho, é preciso que todos tenham a oportunidade de conhecer o conceito e a importância do PPP para a efetivação da qualidade do ensino, e que este seja um documento aberto para as mudanças que se fizerem necessárias.

Palavras-chave: Gestão Democrática – Projeto Político Pedagógico – Participação Coletiva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Objetivo Geral	9
1.2. Objetivos Específicos	9
1.3. Metodologia de Pesquisa	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1. Em que consiste o Projeto Político-Pedagógico?	10
2.2. O papel da comunidade escolar na construção do PPP	10
2.3. O papel do gestor na construção do PPP	12
3. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE JESUS TORRES	14
4. CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
Anexo A - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria de Jesus Torres	20

1. INTRODUÇÃO

A construção coletiva do projeto político-pedagógico da Escola Municipal Maria de Jesus Torres pretende chamar a atenção para a importância do trabalho coletivo e da gestão democrática na educação, principalmente do planejamento participativo para as ações da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996 no seu artigo 14, amplia a autonomia dos sistemas de ensino, que “definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades (...)”. Essas normas da gestão democrática devem seguir os princípios de participação da comunidade escolar interna e externa na elaboração do projeto pedagógico e conselhos escolares (BRASIL, 1996).

Segundo GADOTTI e ROMÃO (2004, p.36), a gestão democrática:

“(...) deve estar impregnada de uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não suficiente. Precisamos de métodos democráticos que atendam ao efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho”.

No interior da escola, existem várias forças caminhando em lados opostos, o que dificulta à escola atingir seus objetivos. Talvez, por esse motivo, os atores da escola não se sintam dispostos e animados a participar das ações que envolvam o meio escolar. Em minha prática, enquanto gestora, observo que apesar de estar disposto na legislação, a comunidade escolar apresenta pouca maturidade no caminho da participação. E conforme aponta os autores citados acima, a participação coletiva não se limita a mera declaração de princípios estabelecidos em algum documento ou planejamento. Sua presença deve ser percebida nas reuniões dos Conselhos Escolares e também nos eventos culturais, recreativos e esportivos que a escola oferece.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico pode contribuir na criação e consolidação de um clima, um *ethos* onde a comunidade escolar sinta-se responsável pelas ações estabelecidas na escola. De certa forma, o

PPP pode articular dentro da escola o diálogo rico, consistente entre a comunidade e os órgãos dirigentes (VASCONCELLOS, 2002, P.21).

O PPP é o documento principal da escola, onde está inserida sua filosofia, concepções de sociedade, de homem, de educação. Dentro dele, encontra-se o currículo, que é a sua essência. E é pelo currículo, que se revela a gestão democrática, pois é na seleção dos conteúdos relevantes, por parte dos professores e equipe pedagógica, é ouvindo funcionários, alunos, pais, que se constrói o trabalho coletivo.

Por essa discussão, é que se apresenta o trabalho de conclusão de curso, realizado a partir da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Maria de Jesus Torres, localizada no município de São João do Pacuí, região norte do estado de Minas Gerais.

1.1. Objetivo Geral

Este trabalho objetiva analisar a importância do trabalho coletivo e da gestão democrática na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, entendido como instrumento de efetivação da qualidade da educação.

1.2. Objetivos Específicos

- Identificar quais são as dificuldades encontradas na escola para que o PPP seja garantia da gestão democrática;
- Verificar como ocorre o processo de gestão democrática da escola por meio do PPP;
- Analisar as formas de participação dos profissionais da educação, demais funcionários, alunos e pais, na gestão do PPP da escola.

1.3. Metodologia de Pesquisa

Optou-se pela pesquisa qualitativa. Iniciou-se o desenvolvimento do estudo com a pesquisa bibliográfica, buscando o referencial teórico sobre projeto político-pedagógico, gestão democrática e participação coletiva para esclarecer as questões relacionadas ao tema em discussão. Em seguida, partiu-se para a análise documental, que teve como objeto o PPP da escola.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Em que consiste o Projeto Político-Pedagógico?

O projeto político-pedagógico (PPP) consiste num instrumento institucional com o fim de organizar o trabalho pedagógico da escola como um todo, em busca da melhoria na qualidade do ensino. Identificando os pontos positivos e negativos do funcionamento da escola, de sua estrutura física, de sua concepção de ensino e objetivos, de forma que a comunidade escolar tome conhecimento, discuta e decida as prioridades das ações para melhorá-la, conforme as necessidades dos alunos, refletindo e agindo para a melhor qualidade da mesma.

Através do PPP a escola produz seu próprio conhecimento e não só reproduz o que é oferecido e imposto. A escola deixa claro o seu objetivo e reflete sobre os mesmos.

A principal relevância do PPP na escola é evitar um trabalho mal feito, perda de tempo e dinheiro. Com um planejamento, a escola define de forma clara o que se pretende e o que deve ser feito para chegar onde se quer, escolhendo as melhores estratégias e facilitando, assim, o trabalho de todos na escola, de forma eficiente, rápida e segura.

O planejamento educacional é de extrema importância para a Escola, conforme observam GADOTTI e ROMÃO (2004, p.81):

“Planejar a educação é ação de extrema relevância para melhor organização do trabalho na escola, cuja existência só pode ser legitimada pela consecução, com eficiência, eficácia e qualidade, dos fins para os quais ela foi criada e é mantida pela sociedade. Observa-se que não é possível dissociar a idéia de planejamento educacional e escolar da necessidade de se desenvolver, através de discussões e deliberações coletivas, um projeto político-pedagógico da unidade escolar”.

2.2. O papel da comunidade escolar na construção do PPP

Este trabalho analisa a importância da participação coletiva na rotina da escola, a integração das atividades dos professores, gestores, equipe

pedagógica, pais e alunos, tendo como principal objetivo garantir a qualidade do ensino.

Assim, pensando na escola como uma instituição social que preza por educar e formar cidadãos, pode-se perceber como função da mesma instruir, desenvolver socialmente os seus participantes. Tal função pode ser otimizada se os objetivos sociais forem articulados aos administrativos da escola.

A morosidade no processo de democratização da gestão escolar não se deve à falta de legislação, mas, dentre outras motivações, ao caráter centralizador da administração, que vem se mostrando burocrático e autoritário. O projeto Político-Pedagógico vem com propósito de formar um perfil da Escola que se aparte dessa tradicionalidade, e se ligue aos anseios e às dificuldades a partir da organização da escola para assimilar particularidades dos atores do PPP, transmitindo a todos o conhecimento e a integração social.

Para que a gestão seja democrática de fato, é preciso que o PPP seja elaborado, executado e concluído sempre com o auxílio e participação da coletividade. Tal projeto deve ser embasado nos aspectos administrativos, já que o gestor deve ter claramente seus planos de ação administrativa, bem como nos aspectos pedagógicos, haja vista a necessidade de se avaliar currículos, avaliações, etc., “assegurando a unidade teórica e metodológica no trabalho didático e pedagógico, a unidade na organização do trabalho escolar e a coerência entre o planejado e o executado nas práticas escolares” (PICOLI; CARVALHO, 2008)

É do interesse da sociedade que seus membros recebam educação, instrução e formação; esta é a principal função da escola, administrá-la de modo eficiente e eficaz é uma das condições para que cumpra o seu papel. Se democraticamente gerida, a escola oferece condições para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

É preciso ressaltar, ainda que a própria escola possui as suas forças transformadoras, os seus agentes sociais e culturais que podem auxiliá-la para uma gestão eficiente, alcançando os seus objetivos especificamente educacionais de forma significativa.

Por fim, ressalta-se que é também necessário à criação na escola de ambiente acolhedor para ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino. Na verdade os pais e alunos têm também muito para ajudar e ampliar o conhecimento dos nossos alunos, enriquecendo com suas experiências e através desta participação efetiva dos familiares no desenvolvimento das atividades escolares facilita ainda mais entender as dificuldades enfrentadas pelas mesmas. Quanto mais informações obtiverem maiores é a relevância da qualidade do ensino objetivo maior da educação.

2.3. O papel do gestor na construção do PPP

O gestor escolar tem como atribuição criar e consolidar o espaço para uma gestão democrática, articulada entre todos os que compõem a comunidade escolar. Compete a ele dentre outras funções o papel de articular, possibilitando aos professores, funcionários, pais e alunos espaço para o dialogo com o objetivo de criar estratégias para a tomada de decisões quanto aos problemas enfrentados pela escola.

É papel do gestor garantir a participação dos profissionais da educação e da comunidade local na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola assegurando à unidade escolar a autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

“O projeto político-pedagógico da escola, enquanto diretriz basilar do projeto educativo que a escola quer implementar, se torna um aliado fundamental na autonomia financeira da instituição, pois, quando pensado coletivamente, contando com a participação e aprovação do conselho escolar, ele ganha força diante da comunidade e do sistema de ensino” (DOURADO, 2006).

Sendo a gestão vista como uma nova forma de administrar, que envolve comunicação e diálogo, ao gestor cabe liderar o processo, priorizando a função pedagógica e social, contemplando a competência técnica e política. O gestor deve, articular os diferentes atores em torno do projeto político-pedagógico, implicando uma liderança democrática, interagindo com todos os segmentos da comunidade. Tais objetivos requerem do gestor habilidades e sensibilidades com os alvos do PPP, visando aumentar a participação da comunidade na formulação do mesmo.

A partir do momento em que se busca uma nova organização do trabalho na Escola, é preciso que as relações de trabalho interior sejam repensadas; uma mudança que tenha como base a real participação dos atores da educação social, a possibilidade de se exercer a cidadania, liberdade de expressão e espaço para conhecimento e trocas, tornando-os cada vez mais responsáveis, autônomos envolvidos com a gestão e a própria educação.

Educar deve pressupor um cuidado especial nas práticas cotidianas, permitindo que crianças e jovens da escola se formem como cidadãos para uma sociedade democrática voltada para a educação primordialmente. O Projeto Político-Pedagógico, como representativo dos interesses da comunidade escolar, não deve abrir mão da atuação dos segmentos que compõem a comunidade educacional.

3. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE JESUS TORRES

O Projeto Político-Pedagógico da Escola foi construído com a participação da comunidade escolar. Inicialmente foram demonstradas dificuldades pela comunidade em desenvolver um trabalho na coletividade, deixando clara a cultura do individualismo, dificultando, assim, a realização do trabalho coletivo de fato.

Para que fosse possível a realização do trabalho em conjunto foi necessário desenvolver estratégias de conscientização, mostrando a necessidade da participação de todos através de centros de estudos com material bibliográfico que apresentavam discussões sobre o projeto político-pedagógico, conceitos e finalidades e também sobre a legislação vigente na área da educação. No entanto, mesmo com a criação dos centros de estudos, foi percebida, certa resistência de alguns membros dos segmentos colegiados nesta construção.

Houve também resistência por parte dos funcionários em participar das reuniões pedagógicas em especial, as cantineiras e faxineiras por não gostarem de se integrar ao corpo docente alegando não entender o que é falado nas reuniões, e que tal participação traria certo constrangimento na formação de grupos de estudos.

Diante desta situação foi então criado outro mecanismo, para facilitar a construção do PPP com a integração de todos os funcionários. Foi elaborada uma entrevista que teve como objetivo conhecer a realidade da escola no que se refere a construção, execução e avaliação do PPP. O roteiro da entrevista consistia nos seguintes questionamentos:

- 1º- O que você entende por projeto político-pedagógico?
- 2º- Você já participou da elaboração de um PPP?
- 3º- De quem é a responsabilidade em construir o PPP da escola?
- 4º- Compete a quem a execução do PPP? Aqui na Escola Municipal Maria de Jesus Torres ele é colocado em prática?
- 5º- Você conhece as diretrizes curriculares e os conteúdos estruturados das disciplinas? (apenas para os professores)

Após diversas reuniões, discussões com os grupos de estudos e entrevistas, foi possível a construção do referido projeto que contou com a participação da comunidade escolar.

O PPP foi construído com o objetivo de assegurar a autonomia pedagógica administrativa, atendendo o disposto na Constituição Federal de 1988, LDB/96 e Estatuto da Criança e do Adolescente, respeitando como norteadores de suas ações pedagógicas:

- “a) os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- c) os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais” (MEC, 1998)

A Escola municipal Maria de Jesus Torres embasada na LDB/96, apresenta sua proposta pedagógica tendo referência no movimento de ação e reflexão-ação, sendo os trabalhos pedagógicos construídos vivenciados e analisados por todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, garantindo o padrão de qualidade e valorização das experiências extra-classe.

Vejo que como gestora, procurei incentivar a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos a escola, contando com a participação crítica na construção do Projeto Político-Pedagógico.

Dentro da rotina da escola, a gestão, também procura incluir os pais no aprendizado dos filhos aproximando a comunidade nas atividades escolares possibilitando a atuação colegiada em todas as ações e decisões da escola.

Para tanto foi preciso empenho e organização para desenvolver um trabalho de conscientização de toda a equipe sobre a necessidade de mudança para a melhoria contínua da educação engajando todos em direção à objetivos comuns.

Os trabalhos realizados e os resultados das avaliações internas e externas, que obtiveram êxito, foram divulgados com a finalidade de reconhecimento e incentivo para toda a equipe promovendo e valorizando o desenvolvimento das suas práticas pedagógicas.

4. CONCLUSÃO

Nesse trabalho procurei demonstrar as dificuldades encontradas para a realização do trabalho coletivo na Escola municipal Maria de Jesus Torres. Ficou evidente a cultura do individualismo, vários entraves foram encontrados visto que o corpo docente e equipe pedagógica não se relacionavam de maneira satisfatória impedindo assim a participação coletiva na elaboração das ações e metas a serem desenvolvidas pela escola deixando que o Projeto Político pedagógico fosse construído apenas pela equipe pedagógica.

De acordo com o levantamento teórico realizado e com vivência na Escola Municipal Maria de Jesus Torres, conclui-se que a temática do processo de elaboração coletiva do projeto político-pedagógico é um assunto que ainda precisa ser mais bem explorado dentro da referida Instituição de ensino.

Analisando os conceitos, a estruturação e importância do projeto político-pedagógico conjuntamente à gestão escolar, compreende-se a sua extrema relevância e o quanto a efetiva participação da comunidade escolar interna e externa influencia em sua construção e em seus fins.

É fundamental que toda a comunidade envolvida na elaboração do PPP seja mobilizada para que essa ação se concretize. Como foi apresentado neste trabalho, é preciso que todos tenham a oportunidade de conhecer o conceito e a importância do PPP para a efetivação da qualidade do ensino, e que este seja um documento aberto para as mudanças que se fizerem necessárias.

Os caminhos pelos quais passam a educação brasileira são marcados pela introdução do Projeto Político-Pedagógico e sua ampla valorização. A partir da sua implementação, como se busca atualmente na Escola Municipal Maria de Jesus Torres, buscamos a comunicação entre gestores, equipe pedagógica, professores, demais funcionários, pais e principalmente, os educandos. A partir dessa construção coletiva, nós, atores da escola, entramos em contato direto com as reais dificuldades e com as necessárias soluções para que se efetive o direito à educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao /constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: dez, 2010.

_____. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: dez, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: MEC, 2006.

ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE JESUS TORRES. **Projeto político-pedagógico**. São João do Pacuí, 2010.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CEB nº 2, de 7 de abril de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF, 1998.

PICOLI, Elaine S. A.; CARVALHO, Elma Junia G. de. Projeto político pedagógico: uma construção “coletiva?”. In: **III Encontro de Pesquisa em Educação, I Jornada de Gestão Escolar e XV Semana de Pedagogia - Pedagogia 35 anos: História e Memória**. UEM, Maringá - PR. 2008.

VASCONCELLOS, Celso **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

**ANEXO A – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
MUNICIPAL MARIA DE JESUS TORRES**

**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO
ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DE JESUS TORRES**

MARLUCE CALDEIRA ROCHA

**BELO HORIZONTE
2010**

MARLUCE CALDEIRA ROCHA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DE JESUS TORRES**

**Projeto Político Pedagógico apresentado
ao Curso de Especialização (Latu Sensu)
em Gestão Escolar da Faculdade de
Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial
sob orientação da Professora Assistente
Marielle Morais de Oliveira.**

**BELO HORIZONTE
2010**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	03
2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	03
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	04
3.1 Administrativa	04
3.2 Pedagógica	04
4. CURRÍCULO	05
5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES	07
6. PROCESSOS DE DECISÃO	08
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	08
8. AVALIAÇÃO	08
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	11

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Maria de Jesus Torres está localizada à Praça João Dias de Castro nº. 50, São João do Pacuí, MG. Mantida pelo município de São João do Pacuí e administrada pela Secretaria Municipal de Educação, norteará todo o seu trabalho por este Projeto Político Pedagógico, nos termos da legislação em vigor.

Atende do 1º ao 5º ano com 253 alunos e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) 1º e 2º segmento com 42 alunos totalizando 245 alunos. A intenção da instituição é apontar diretrizes que garantem padrão de qualidade do ensino, programas e estratégias que orientam e facilitam o processo de ensino-aprendizagem.

O corpo docente é composto por 14 professores habilitados no curso Normal Superior e Pedagogia, 01 especialista de educação, que busca estratégias incrementando assim todo o trabalho pedagógico. Conta ainda com 06 ajudantes de serviços gerais e uma secretária.

O Projeto Político Pedagógico nasceu do movimento de ação-reflexão-ação que nunca está pronto e acabado. Foi construído e serão vivenciados em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo, mobilizando diretor, supervisor pedagógico, professores, alunos, pais e funcionários em termo de um grande movimento de transformação da escola, em que a ação foi e será analisada e refletida, para definir os passos do coletivo.

FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria de Jesus Torres tem por finalidade atender o desejo nas Constituições Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ministra os anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e a Educação de Jovens e Adultos observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

Propõe uma escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária com espaço cultural de socialização e de desenvolvimento do educando visando também prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e cumprimento de direitos e deveres.

No Ensino Fundamental são respeitados os norteadores das ações pedagógicas previstos nas Diretrizes Curriculares, para o Ensino Fundamental no que diz respeito aos Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao bem Comum. Os Princípios Políticos dos Direitos e deveres de Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem Democrática e os Princípios Estéticos da Sensibilidade da Criatividade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

A Educação de Jovens e Adultos tem por objetivo a princípio, a recuperação de uma significativa fração de jovens que não tiveram acesso a educação conforme dispositivos legais, esse contingente de jovens que por razões sociais e econômicas viveram a margem do processo educacional.

A EJA na percepção de tamanha desigualdade social busca minimizar o impacto social, cria projetos que viabiliza a inserção destes no processo de educação oferecendo atendimento especializado podendo assim resgatar a sua cidadania.

Segundo a Declaração de Hamburgo a respeito da Educação de Jovens e Adultos (1997), a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental.

Consideramos, enfim, que os termos jovens e adultos indicam que em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e construir conhecimentos, habilidades, competências e valores que conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Administrativa

A organização escolar compreende todos os órgãos necessários do funcionamento da Unidade Escolar, abrangendo os seguintes serviços:

- Direção Geral
- Secretário
- Corpo Docente
- Assistente Técnico Pedagógico
- Assistente de Educação
- Serviços Gerais

É exercida pela Secretaria Municipal de Educação.

A escola promove o aluno o acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos. Preocupa-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido, é uma escola reflexiva possibilitando a todos e a toda a comunidade um projeto político pedagógico consolidado pela colaboração mútua e o exercício da construção coletiva desencadeando experiências inovadoras que estão acontecendo na escola.

A escola possui sede própria com pátio, quadra esportiva não coberta, salas de aulas, banheiros, secretaria, cantina, sala de direção, laboratório de informativa. Todas as dependências com mobiliário correspondente as necessidades para o seu atendimento. A infra-estrutura é adequada aos anseios da comunidade.

A escola não tem autonomia financeira. A prefeitura municipal supra todas as suas despesas atendendo a suas necessidades.

Pedagógica

A Instituição atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental totalizando 253 alunos por série, EJA 1º e 2º segmento com 42 alunos.

Ano	Alunos	Professores
1º	22	01
1º	18	01
2º	19	01
2º	21	01
3º	23	01
3º	18	01
4º	25	01
4º	18	01
5º	31	01
5º	29	01

EJA 1º segmento

Período	Alunos	Professores
1º	22	01
2º	21	01

A escola não tem apenas o papel de transmitir o conteúdo científico, possibilita ao aluno um conhecimento de sua vivência e para isso o planejamento das atividades deverá ser feito através da realidade do aluno, sendo o conteúdo em sala de aula resultado da necessidade manifestada a partir do conhecimento do próprio estudante. Assim, temos a produção e a internalização do conhecimento por parte do educando.

Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que o professor e o aluno avancem seus conhecimentos e se constituem como sujeitos reflexíveis. A escola elabora por disciplina aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada ano de sua escolaridade.

A avaliação é contínua e processual o professor questiona sua concepção de avaliação, dando a ela outras finalidades que a de simplesmente servir de base para aprovar ou reprovar. É abandonada a avaliação como elemento disciplinador, ela é transformada em instrumento para a criação de algo novo, utilizado como acessório pedagógico para aprofundar o conhecimento.

CURRÍCULO

O currículo da Escola Municipal Maria de Jesus Torres reflete a concepção de educando e de sociedade que se quer formar a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, dos conteúdos e a metodologia de trabalho. Expressa, ainda, a construção social do

conhecimento e propõe uma sistematização de meios para que essa construção se efetive.

O desenvolvimento dos componentes curriculares do Ensino Fundamental tem como princípios difundir valores fundamentais dos direitos e deveres do cidadão e também do exercício de sua cidadania e respeito ao bem comum. Dará seqüência conforme as necessidades dos alunos oferecendo o tempo necessário para o seu desenvolvimento a fim de alcançar o objetivo e será tratado como recursos para desenvolver competências cognitivas e sociais.

O currículo foi composto de uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, ambas integram e articulam a Vida Cidadã com as áreas do conhecimento.

Na organização curricular da educação de Jovens e Adultos, deverão ser observados os componentes das seguintes áreas do conhecimento:

- Língua Portuguesa;
- Língua Estrangeira (Inglês);
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Educação Artística.

Os conteúdos das áreas de conhecimento deverão estar articulados com as experiências de vida do educando, em seus aspectos, tais como:

- Saúde;
- Sexualidade;
- Vida familiar social;
- Meio ambiente;
- Trabalho;
- Tecnologia;
- Cultura;
- Linguagens.

Podendo ser ministrados de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Para o Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum e sua parte diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários aspectos como:

- A saúde;
- A sexualidade;
- A vida familiar e social;
- O meio ambiente;
- O trabalho;
- A ciência e a tecnologia;
- A cultura;
- As linguagens.

As áreas de conhecimento são:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Educação Artística;
- Educação Física;
- Educação Religiosa, na forma do art. 33 Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

A parte diversificada do currículo tem por objetivos permitir que em cada região seja possível incorporar estudos de interesse da sociedade, da cultura e da economia. Ao enriquecer e complementar a Base Nacional Comum propiciará a escola à introdução de projetos e atividades do interesse da comunidade.

TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do processo educativo no Ensino Fundamental foi organizada em nove anos de escolaridade divididos em 04 (quatro) bimestres sendo oferecido no Plano Curricular o mínimo de 200 dias letivos e uma carga horária mínima anual de 800 horas.

Matutino - início 07 horas e término 11 horas e 15 minutos

Vespertino - início 12 horas e 30 minutos e término às 16 horas e 45 minutos.

A proposta de Ciclos compreende os seguintes aspectos:

- Implantação do regime de progressão continuada;
- Organização desse regime em dois ciclos: ciclo inicial de alfabetização e ciclo complementar.

A escola nos anos iniciais adota a organização em ciclos com duração de 09 anos, sendo:

- Ciclo inicial: 1º ao 3º ano de escolaridade.
- Ciclo complementar: 4º e 5º ano de escolaridade.

Dentro deste tempo a escola procura organizar as turmas de acordo com a idade e nível de escolarização para garantir a aprendizagem. Busca também formas alternativas, para garantir a aprendizagem do aluno que tem mais dificuldades.

Na organização dos cursos presenciais de Educação de Jovens e Adultos, a carga horária prevista será de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido para o Ensino Regular Fundamental. Exigir-se á dos alunos, da

escola freqüência mínima de 75% (setenta e cinco) por cento da carga horária global de cada etapa.

O regime adotado para a EJA será semestral, sendo 02(dois) anos mínimos para conclusão, ou 04 (quatro) períodos letivos.

PROCESSOS DE DECISÃO

Compete o papel de o diretor articular e incentivar a participação da ação colegiada na escola.

Baseando nesta perspectiva foi criado o órgão colegiado que possibilita o processo de discussão com professores, funcionários, alunos e pais na sua tomada de decisão em conjunto acerca das problemáticas em que a escola está envolvida apontando a solução dos mesmos.

O colegiado é formado por representante de cada segmento, ou seja, representantes de: alunos, pais, professores, especialistas em educação, funcionários da educação e representantes da comunidade local.

RELAÇÕES DE TRABALHO

Os profissionais da escola buscam enriquecer o seu trabalho e procuram desenvolver um trabalho integrado, num ambiente fraterno de respeito e amizade.

O trabalho direto com as crianças exige que os profissionais da educação devam estar preparados à nova ordem social aos avanços tecnológicos e busca aperfeiçoamento em prol de uma educação de qualidade da escola. Procura desenvolver um trabalho integrado promovendo ciclos de estudos e debates quinzenais quanto à legislação, atualização de docentes e troca de experiências.

Há sempre promoções de confraternização como: aniversários, dia do professor, dia do diretor, dia do secretário, dia da cantineira, natal etc.

A escola busca promover um maior entrosamento família e escola para informação e conscientização da necessidade de trabalho em conjunto na educação de seus filhos. Para isso a escola promove reunião de docentes e especialistas com os pais para apresentação de resultados, e desenvolve trabalhos individualizados com os pais dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com todos: a observação e a avaliação.

AVALIAÇÃO

Avaliação contínua e processual

Para tender a um novo processo de educação faz-se necessário, que o professor questione sua concepção de avaliação, dando a ela outras finalidades que a de simplesmente servir de base para aprovar ou reprovar.

É hora de abandonar a avaliação como elemento disciplinador e transformá-la em instrumento para a criação de algo novo, utilizando esse antigo acessório pedagógico como forma de aprofundar conhecimento. É preciso definir o que quer avaliar, pois a avaliação deve ser um processo contínuo, descritivo, sistemático, integral e orientador, que acompanha o desenvolvimento do aluno em diferentes experiências de aprendizagem, evidenciando mudanças de comportamento.

A avaliação da aprendizagem deverá cumprir seu papel dentro de um novo contexto. Um contexto em que a escola precisa cada vez mais preparar-se para reconhecer as diferenças e saber lidar com elas; para conviver com os múltiplos interesses, variados pontos de vista e ritmos de aprendizagem.

Nessa escola, o que se pretende é assegurar aos alunos, condições para que possam aprender aquilo que é indispensável à sua formação enquanto seres humanos profissionais e cidadãos. Profissionais versáteis, com capacidade de decisão frente às situações complexas, com senso de responsabilidade, autonomia, espírito crítico e autoconsciência, cooperação e capacidade de comunicação.

Fazem-se necessários que o professor conheça seus alunos, tenha sensibilidade para perceber mudanças e que tenha compromisso com seu desenvolvimento, que saiba aquilo que vai ensinar e como deve ensinar. O que implica numa nova maneira de conceber e realizar a avaliação da aprendizagem.

Uma avaliação contínua é que seja a favor do aluno, um instrumento para seu autoconhecimento e crescimento pessoal que permite ao professor fazer um diagnóstico do que foi aprendido ou não identificado e os diferentes fatores que possam ter contribuído para os resultados observados.

Uma avaliação que permita ao aluno conhecer o seu modo de ser e de pensar o mundo, os seus “erros” e sucessos, e que ajude o aluno a aprender a se auto-avaliar, a buscar novos caminhos para a sua realização com sabedoria e responsabilidade numa tentativa de conhecer-se a si mesmo.

Nesta perspectiva, serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos:

- Provas operatórias em dupla, equipe individuais;
- Seminários;
- Proposição e resolução de situação – problemas;
- Auto – avaliação;
- Pesquisa do campo;
- Pesquisa bibliográfica;
- Estudos dirigidos em duplas e equipes;
- Jogos e desafios;
- Atividades artísticas de teatro, música, poesia e artes plásticas;
- Elaboração de esquemas, resumos e relatórios;
- Atividades de leitura, interpretação e produção de textos;
- Produções literárias;
- Produção de murais;
- Observação de desempenho cognitivo, afetivo e social;
- Entre outros.

Os registros das avaliações realizadas pelos alunos nas Escolas Municipais de São João do Pacuí serão feitos nos quatro bimestres, em cada ano letivo.

Na avaliação do aproveitamento dos alunos do Ensino Fundamental, serão adotados os seguintes conceitos:

- O aluno alcançou todos os objetivos propostos;
- O aluno alcançou parcialmente os objetivos propostos;
- O aluno não alcançou os objetivos propostos.

Na avaliação do aproveitamento para os alunos da Educação de jovens e adultos poderá conseguir, durante o semestre letivo, 100(cem) pontos cumulativos.

Estes pontos serão assim distribuídos:

- 60 pontos destinados a trabalhos individuais e em grupos, pesquisas e outros;
- 40 pontos para as avaliações.

Na distribuição dos pontos deverá ser observada a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Avaliação Institucional

É um grande desafio a construção de um projeto de escola comprometida com os interesses populares. A ação deve ser empreendida pela coletividade que a compõe onde cada um participa da elaboração, implementação, avaliação e aperfeiçoamento constante do projeto político pedagógico da escola.

Dentro de suas competências e possibilidades, cada integrante da comunidade escolar assume um papel, servindo aos propósitos e objetivos definidos.

Assim, considerando as especificidades e características básicas da escola, diferentes estratégias poderão ser implementadas como as realizações de reuniões, debates e ciclos de estudo visando à leitura e análise do presente documento, de forma a deflagrar processo de definição de questões básicas, organização pedagógica, administrativa da escola e reunião para diagnóstico, acompanhamento e avaliação pela comunidade escolar. E ainda realizar reunião pedagógica tendo como objetivo avaliar as ações educativas.

REFERÊNCIAS

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “**Maria de Jesus Torres**”.

OLIVEIRA, João Ferreira - A **construção coletiva do projeto político pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://moodle3mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20-05-2010

LDB-9394/96 Art.4º -Art.12 e Art.32

Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental - Parecer CEB/ 4/98